



SEÇÃO: LIVRE

Planificação econômica e estratégias de desenvolvimento durante os governos do MAS na Bolívia (2006-2019)

Economic planning and development strategies during the MAS governments in Bolivia (2006-2019)

Estrategias de planificación y desarrollo económico durante los gobiernos del MAS en Bolivia (2006-2019)

**Everaldo de Oliveira
Andrade¹**

orcid.org/0000-0001-6813-7562
everaldoandrade@usp.br

Recebido: 12 dez. 2023.
Aprovado: 04 mar. 2024.
Publicado: 23 maio. 2024.

Resumo: O artigo traz um balanço da política econômica dos governos do MAS, desde a ascensão de Evo Morales em 2006, à luz das antigas teorias desenvolvimentistas cepalinas – avaliando suas possíveis proximidades – e dos diálogos com as teses sobre a planificação econômica de caráter estatal e socialista. O objetivo foi debater se houve proximidades entre as estratégias de desenvolvimento econômico a partir do estado e um renascimento de antigas teses econômicas estatizantes e nacionalistas, ou se, de fato, houve a elaboração de uma nova e original estratégia de desenvolvimento de características comunitárias e autorreguláveis próxima do chamado “capitalismo andino”. A primeira parte do texto resgata discussões sobre os contextos históricos acerca de estratégias de desenvolvimento e planificação econômica na Bolívia e em outros países com desafios comuns. O texto apresenta uma análise não apenas da experiência boliviana desde a revolução de 1952 e a comuna de La Paz de 1971, mas, também das propostas sugeridas pelo MAS e seus principais dirigentes. Busca-se, em face dessas questões, examinar alguns dos resultados e balanços possíveis sobre as iniciativas econômicas dos governos do MAS a partir de 2006, tendo como referenciais principais o Plano Nacional de Desenvolvimento de 2007 e a nova constituição de 2009.

Palavras-chave: história econômica boliviana, planificação econômica socialista, desenvolvimento econômico, MAS, Evo Morales.

Abstract: The article provides an overview of the economic policy of the MAS governments since the rise of Evo Morales in 2006, considering old ECLAC developmental theories – evaluating their possible proximity – but also of dialogues with the theses on economic planning of a state and socialist nature. The objective was to debate whether there were similarities between economic development strategies from the state, a revival of old statist and nationalist economic theses, or whether there was the elaboration of a new and original development strategy with community characteristics and self-regulation close to a so-called “Andean capitalism.” The first part of the text rescues debates about historical contexts on the development strategies and economic planning in Bolivia and other countries with common challenges. The text analyses the Bolivian experience since the 1952 revolution and the 1971 La Paz commune and the proposals suggested by the MAS and its prominent leaders. Taking these questions into account, we seek to analyze some possible results and balances on the economic initiatives of the MAS governments from 2006 onwards, with primary references to the National Development Plan of 2007 and the new constitution of 2009.

Keywords: Bolivian economic history; socialist economic planning; economic development; MAS; Evo Morales

Resumen: El artículo pretende realizar un balance de la política económica de los gobiernos del MAS desde el ascenso de Evo Morales en 2006 a la luz de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

viejas teorías desarrollistas de la CEPAL -evaluando su posible proximidad-, pero también de diálogos con las tesis sobre la planificación económica de un Estado y carácter socialista. El objetivo será debatir si hubo similitudes entre las estrategias de desarrollo económico desde el Estado, un resurgimiento de viejas tesis económicas estatistas y nacionalistas, o si, en realidad, hubo la elaboración de una nueva y original estrategia de desarrollo con características comunitarias y propias. -regulación cercana al llamado "capitalismo andino". La primera parte del texto rescata debates sobre contextos históricos en los que hubo discusiones sobre estrategias de desarrollo y planificación económica en Bolivia y otros países con desafíos comunes. Se examina no sólo la experiencia boliviana desde la revolución de 1952 y la Comuna de La Paz de 1971, sino también las propuestas sugeridas por el MAS y sus principales dirigentes. Y es a la luz de estas interrogantes que buscamos analizar algunos de los posibles resultados y equilibrios de las iniciativas económicas de los gobiernos del MAS a partir de 2006, teniendo como principales referentes el Plan Nacional de Desarrollo de 2007 y la nueva constitución de 2009.

Palabras-clave: historia económica boliviana; planificación económica socialista; desarrollo económico; MAS; Evo Morales.

Os governos do Movimento ao Socialismo (MAS) boliviano e suas políticas econômicas provocaram debates acerca da sua natureza, objetivos e relação com as experiências anteriores, na própria Bolívia e nos outros países da América Latina vinculados ou próximos à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e mesmo aqueles abertamente socialistas. A crise e o golpe de 2019 realçaram esse tema, na medida em que poderiam ter relação indireta com essas regiões – opções financeiras ao provocar mudanças na correlação de forças sociais e econômicas do país. As diversas experiências e tentativas de transição da economia ao socialismo, coletivização e gestão operária ou planificação da propriedade social retomaram certa relevância quando o MAS iniciou o governo e os seus principais dirigentes reiniciaram a discussão sobre o tema do socialismo. A proposta de planificação econômica boliviana elaborada desde 2006 e seus resultados econômicos provavelmente dialogaram com experiências anteriores na Bolívia, como o planejamento nacionalista inspirado na CEPAL após a revolução de 1952 ou mesmo os projetos socialistas esboçados pelos mineiros entre 1952 e 1971, que enfatizavam a ampliação da participação democrática na gestão econômica. Essa é a questão central que esse

texto busca responder, utilizando como referência não apenas os planos econômicos e as mudanças institucionais, mas alguns dos resultados concretos expressos pelos dados da economia real. Tanto as ações próximas às concepções da CEPAL como aquelas que propunham alternativas socialistas são examinadas e têm o objetivo de oferecer um quadro histórico comparativo com aquele aplicado pelos governos do MAS como possível proposta econômica socialista.

À luz dos debates passados

A política econômica nacionalista dos governos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) entre 1952 e 1964 ofereceu um exemplo mais próximo de posições da CEPAL – que estavam nessa época em elaboração – e que, em linhas gerais, sugeriram ações intervencionistas do estado na economia. A nacionalização da grande mineração e a reforma agrária podem ser vistos como parte desse legado. Os principais eixos do pensamento cepalino, surgidos inicialmente a partir dos textos de Raul Prebisch, nos anos 1950, ordenam-se em torno da contribuição do Estado para o desenvolvimento econômico nas condições específicas da América Latina. Seus esforços foram direcionados entre as décadas de 1950 e 1970 para viabilizar processos, reformas e políticas econômicas que favorecessem a industrialização da região. Foi em grande medida uma versão regional e original do que se denominou no mundo acadêmico anglo-saxão de hegemonia heterodoxa keynesiana, a qual buscou orientar o apoio estatal via técnicas de programação do desenvolvimento econômico. Um dos núcleos do diagnóstico da CEPAL nas décadas de 1950 e 1960 era de que seria preciso alterar a estrutura social e redistribuir renda, especialmente por meio da reforma agrária e da restrição do consumo das classes ricas para favorecer os investimentos, o progresso técnico e a superação da pouca infraestrutura (Brandão, 2018). No mesmo momento histórico em que se desenvolviam as propostas da CEPAL, também na França, desde o pós-guerra, eram aplicados planos de aceleração do crescimento, chamados

de planificação indicativa, que visavam obedecer aos mesmos princípios como instrumento estatal de orientação para a expansão econômica e a busca pelo equilíbrio dos mercados (Franck, 1953 e Massé, 1967). Essa rica trajetória abriu todo um leque de alternativas teóricas e políticas, mas também de diferentes debates entre correntes e concepções que buscavam apontar limites ou possibilidades de superação do capitalismo em defesa da democratização da gestão econômica. Esse debate ocorreu de forma paralela com a chamada segunda rodada de debates sobre a planificação socialista, analisada mais adiante, e no contexto de grande crescimento econômico do pós-segunda guerra, principalmente na Europa.

Experiências econômicas de características estatais intervencionistas e socialistas envolvem não somente aspectos técnicos e teóricos relacionados às atividades econômicas, mas também a gestão e participação democrática dos produtores e trabalhadores. Grande parte dos debates e balanços históricos que se seguiram sobre temas relacionados às economias socialistas – projetadas ou realizadas – do século XX, principalmente, envolveram os alcances e limites para se viabilizarem, como também a capacidade de implantação de gestões econômicas democráticas. Apresento as linhas gerais desse debate e, em seguida, o que acredito ser a experiência histórica boliviana que mais se aproximou da planificação socialista e da gestão operária democrática da economia.

A comuna de Paris de 1871 ensaiou com suas Oficinas de Trabalho uma gestão operária da economia e a criação de um marco para uma tradição histórica socialista, que encontramos em continuidade na revolução russa de outubro de 1917. As discussões e formulações teóricas sobre a economia socialista soviética referenciaram a implantação dos primeiros planos quinquenais. Uma primeira rodada de debates sobre a planificação econômica socialista ocorreu nesse momento com a participação de inúmeros economistas marxistas, com destaque para Preobrazensky (1979) e Bukharin et al. (1972), que polemizaram

sobre as diretrizes teóricas e a viabilidade prática de uma economia de propriedade social planificada como alternativa ao mercado e ao capitalismo, buscando apoio na ampla participação democrática dos próprios trabalhadores. Esse período, no entanto, cristalizou um modelo de planificação socialista impositiva, centralizada e burocrática associada ao stalinismo, criticada por opositores dentro do próprio movimento comunista por sufocar a democracia (Preobrazensky, 1979; Bukharin et al., 1972).

Uma segunda rodada de debates sobre a planificação se desenrolou em torno das novas e complexas experiências em economias de propriedade social após a Segunda Guerra, como na China após 1949, em vários países do Leste Europeu, dentre eles a Iugoslávia, depois em Cuba, Coreia do Norte e Vietnã entre 1945 e 1975. Essa segunda rodada foi mais complexa e marcada por oposições ao modelo soviético stalinista, como a tentativa de introduzir e conciliar a auto-gestão operária com a planificação econômica socialista na Iugoslávia, mas, principalmente pela formulação de modelos – conhecidos como *planificação econômica indicativa* – que buscavam a conciliação entre socialismo e mercado ou algum tipo de controle social sobre o mercado mediante mecanismos de intervenção do estado na economia (Ellman, 2014; Kornai, 1992; Nove, 1983). A planificação francesa do pós-guerra e mesmo as políticas da CEPAL para a América Latina poderiam ser alinhadas a esse modelo. Esses debates tiveram pouca repercussão no Brasil na década de 1960, talvez com exceção de algumas intervenções de Mário Pedrosa (Pedrosa, 1966). Se houve exemplos clássicos como a planificação indicativa francesa (Franck, 1953) e o pacto sueco de desenvolvimento no pós-guerra, também houve na América Latina, no mesmo período, as iniciativas de planejamento central induzidas pela CEPAL e conhecidas como desenvolvimentistas, que buscavam induzir a economia nacional com apoio do estado, como veremos adiante (Martins, 2013).

Do mesmo modo, vale sugerir uma terceira rodada de debates sobre a planificação econô-

mica socialista que tomou forma após o colapso da União Soviética em 1991. As conversas entre os defensores e críticos do suposto modelo do socialismo de mercado se inserem com maior intensidade nesse momento (Cockshott e Cottrell, 1993; Mandel, 1986; Nove, 1983), sendo que uma das vertentes de abordagem ganhou destaque no contexto de crescimento acelerado da economia chinesa. No entanto, uma outra vertente dessas conversas tem buscado, para além de um balanço histórico das experiências de planificação do século XX, sugerir aproximações e propostas sobre o uso das novas tecnologias para viabilizar e retomar projetos sobre a planificação socialista e o controle social e democrático da economia (Cockshott e Nieto, 2017; Phillips e Rozworski, 2019). Como consequência dos previsíveis saltos de produtividade, o uso intensivo de tecnologias de gestão vem sendo sugerido como indutor de projetos de planificação econômica democrática e socialista (Cockshott e Nieto, 2017). Há, por outro lado, uma ampla e difusa ilusão tecnológica e midiática sobre o suposto poder libertador da ciência, a qual, necessariamente, não corresponde aos caminhos emancipatórios buscados pelo mundo do trabalho². Essas questões se inserem no balanço econômico boliviano aflorado pela crise de 2019 na medida em que o próprio governo sinalizou sua disposição – ainda que supúnhamos, apenas retórica – para realizar transformações de caráter socialista na economia do país. O exame dos governos que, no período 2006-2019, buscaram alternativas e formas de planificação econômica como contraponto à completa desregulamentação dos mercados – como os governos do MAS desde 2006 – fazem parte, portanto, dessa agenda de pesquisas.

Provavelmente, o debate mais denso e politicamente ousado sobre os temas das alternativas econômicas relacionados à superação do capita-

lismo na história boliviana tenha se realizado em torno das sessões da Comuna de La Paz de 1971 (também conhecida como Assembleia Popular)³, ocorridas entre os dias 1 de maio e 2 de julho. No dia 29 de junho daquele ano, os sindicatos mineiros apresentaram um relatório durante a sessão nacional da Comuna de La Paz com a proposta de gestão majoritária da mineração, setor-chave da economia do país. O projeto deve ser compreendido no contexto histórico da nacionalização da grande mineração de estanho ocorrida antes. Após a revolução boliviana de 1952, a decretação da nacionalização com indenização das grandes empresas mineradoras foi acompanhada da concessão de uma série de direitos políticos e econômicos aos sindicatos mineiros⁴. Entre eles, figurava a instituição do controle operário com direito de veto nas novas empresas estatais mineradoras, que determinava que dois dos sete diretores da recém-criada *Corporación Minera de Bolivia* (Comibol) seriam nomeados pela *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* (FSTMB) com direito de veto sobre suas decisões. Essa concessão ao movimento sindical mineiro, produto direto da situação aberta após a revolução, tornou-se, de fato, um sério risco ao desenvolvimento independente dos sindicatos em relação ao Estado, cuja expressão maior era a presença de ministros indicados pela COB no novo governo surgido em abril de 1952. Se, por um lado, a participação dos sindicatos em empresas nacionalizadas não implicasse na socialização dos meios de produção poderia ser o contrário, com o aumento do controle estatal sobre os sindicatos significava uma concessão obrigada de parte do poder político do estado aos trabalhadores. Lembremos que a revolução havia dissolvido o exército, substituído por milícias armadas dos sindicatos (Andrade, 2007). De fato, o movimento sindical se envolveu diretamente

² Para além do necessário balanço histórico do passado, há inúmeras outras questões atuais a debater, mas que não serão contempladas neste artigo: o debate sobre as contradições técnicas e econômicas da transição socialista, o papel e o uso sistemático de tecnologias da gestão, inteligência artificial e planejamento econômico entre o espaço local e o nacional, que podem interferir nas propostas de planificação econômica com ou sem a ação dos mercados.

³ Utilizo aqui a denominação de Comuna de La Paz para me referir à Assembleia Popular de 1971, buscando uma alusão com o centenário da Comuna de Paris de 1871.

⁴ A ala esquerda da *Central Obrera Boliviana* (COB), ocupada principalmente pelo *Partido Obrero Revolucionario* (POR), criticou, desde o princípio, a proposta de nacionalização das grandes mineradoras mediante indenizações e o atrelamento da recém fundada COB ao novo governo saído da revolução (Andrade, 2007).

com a gestão econômica de um setor estratégico da economia nacional e isso teve repercussões nas práticas e na elaboração do pensamento político dos movimentos sindicais e da classe trabalhadora do país.

Um golpe liderado pelo general René Barrientos, em novembro de 1964, dá início a uma série de governos militares e, a partir de 1969, o país está sob a direção do general Ovando Candia. E, nesse contexto, um novo projeto de participação dos sindicatos mineiros na administração das minas começou a ser debatido, em abril de 1970, recolocando a reivindicação dos diretores operários com direito de veto. No entanto, propunha-se, dessa vez, uma ampliação das propostas aprovadas em 1952: a incorporação dos diretores operários também à Comibol, ao Banco Mineiro, ao conselho nacional de mineração e outras entidades de interesse da Federação mineira (Escobar, 1984). As discussões com o general Ovando, contudo, não prosperaram. Com a instalação da Comuna de La Paz de maio-junho de 1971, abriu-se uma nova dinâmica de debates no país. Os mineiros retomaram o projeto de controle operário da mineração, porém num contexto considerado mais favorável ao desenlace da proposta original (Iriarte, 1983). Como afirmava o novo documento: "Lutaremos para conseguir que a participação operária na Comibol assegure ao mesmo tempo que seu caráter de autonomia de corporação econômica e tecnológica, a consolidação da marcha segura e decidida dos operários para o poder, respaldando-a com o avanço para a propriedade e social" (FSTMB, 1992, p 109-135). O documento discutido na Comuna fazia uma crítica incisiva à experiência do controle operário surgido na revolução de 1952 e propunha uma forma de organização baseada no controle coletivo dos mandatos, buscando garantir aos sindicatos a organização do processo de eleição dos delegados, evitando que esses se envolvessem diretamente com a administração da mineração estatal. Dessa forma, por exemplo, os dirigentes sindicais não poderiam ser eleitos para cargos de diretores. O projeto avançava ainda mais, defendendo a integração completa

da indústria mineira desde a extração, fundição e comercialização, como uma das formas de recuperar e reorganizar o complexo mineiro. Estamos diante de um pensamento econômico global, construído a partir da experiência dos trabalhadores, que ultrapassava a pauta de reivindicações sindicais e econômicas. Sem dúvida, foi uma das propostas mais densas e maduras de planificação econômica alternativa ao capitalismo e de gestão democrática da economia surgidas no país, tendo a particularidade de estar enraizada em um projeto político nacional mais amplo.

Em 1971, esse debate econômico era estratégico para um possível salto de desenvolvimento do país, visto que mais de 80% das divisas nacionais provinham da mineração, um setor central para a economia nacional. A Comibol era representada por 14 grandes minas, com 47% do valor das exportações. O estanho era o principal mineral, cobrindo 63% da produção. Apesar da importância estratégica da empresa estatal, sua situação financeira era extremamente grave naquele momento, devido a uma série de distorções e investimentos incorretos. Em 9 e 1970, a taxa de exportação de minerais caiu de 53% para 47%, enquanto a mineração privada aumentou em 6% sua produção. Isso se deu devido à dívida de US\$ 32 milhões e ao déficit previsto para o ano de 1971 de mais de US\$ 19 milhões. Além disso, os custos com a burocracia administrativa aumentaram dez vezes (Andrade, 2011).

De acordo com a proposta, o controle da corporação mineiro-estatal seria exercido por Conselhos de Produção, compostos por um representante das minas, um representante dos engenheiros e um representante dos trabalhadores da superfície (os trabalhadores que trabalhavam fora das minas). Além disso, seriam previstas comissões de minas, engenharia e de superfície. A presente estrutura está subordinada a um Diretório Local. O órgão superior da Comibol seria composto por três diretores do governo, três dos operários e um gerente geral. A eleição do gerente seria feita pelo diretório de uma trina, que seria composta por uma proposta da direção executiva. Durante a Comuna de La Paz de 1971,

uma comissão de trabalho foi criada para elaborar um projeto de estatização de todos os meios de produção do país e aprofundar as formulações sobre a planificação (Lora, 1978).

É importante salientar que os governos dos generais Ovando Candía (1969–1970) e Juan José Torres (1970–1971) demonstraram disposição para discutir planos de industrialização a partir das jazidas minerais do país, sob a perspectiva nacionalista e desenvolvimentista. O modelo elaborado pelos sindicatos e partidos a eles ligados apresentava uma maturidade e uma visão articulada da economia nacional que só seria retomada parcialmente pelos futuros governos do MAS a partir de 2006. O debate econômico promovido pela Comuna de La Paz em 1971 envolveu não somente a gestão da mineração estatal, mas também a esperança de uma tomada de poder e da implantação de um regime socialista na Bolívia.

Após os governos militares, a longa transição para a democracia e a onda neoliberal das décadas de 1980 e 1990, os projetos e as esperanças de um crescimento econômico com uma orientação nacionalista e de uma industrialização baseada na gestão operária perderam, por um tempo, a capacidade mobilizatória das décadas de 1950 a 1970. A intensidade das mobilizações políticas que antecederam os governos do MAS em 2006, como as guerras da Água e do Gás, contudo, despertaram a possibilidade de se re-examinar as perspectivas políticas e econômicas formuladas – fossem nacionalistas ou socialistas críticas às economias de mercado. Além disso, esse debate contou com um contexto internacional, particularmente latino-americano, no qual governos como o de Lula no Brasil e Chávez na Venezuela se mostravam contrários às políticas neoliberais. Nesse sentido, a disposição para construir um plano de desenvolvimento boliviano prevendo uma ampliação da participação popular e dos trabalhadores nos processos decisórios, por si só, já representava uma ruptura com as duas décadas anteriores de privatizações, desregulamentações e flexibilizações econômicas patrocinadas pelos governos neoliberais que

antecederam o MAS. Essas políticas geraram grandes mobilizações populares, em 2000, que culminaram na eleição de Evo Morales.

Passados mais de trinta anos da experiência de 1971, a planificação econômica iniciada em 2006 pelos governos do MAS tinha algum vínculo com essas experiências anteriores? As propostas e discursos iniciais dos principais dirigentes do MAS, bem como as indicações apresentadas nos primeiros planos econômicos de 2006 e na constituição de 2009, buscavam indicar uma nova e original orientação política para a economia boliviana (Linera, 2010). É relevante investigar se as novas perspectivas de transformação apresentadas pelo MAS incorporaram, ainda que parcialmente, as tentativas de desenvolvimento econômico de inspiração cepalina ou os debates sobre planificação socialista, gestão operária e industrialização que surgiram da experiência do sindicalismo boliviano entre 1952 e 1971. Minha hipótese é que o sentido teórico e prático das políticas econômicas do MAS — embora tenham se alimentado das tradições e lutas históricas das massas populares, indígenas e operárias, dos seus embates e tradições nacionalistas e socialistas — de fato teve como objetivo criar um novo modelo econômico para o país.

A ideologia do Bem Viver... com o capitalismo

Apesar de serem consideradas radicais pelos setores sociais e políticos mais conservadores, as propostas do MAS em relação às reformas que promoviam a ruptura com o capitalismo sugerem moderação em relação às propostas revolucionárias de 1971 e, mesmo, em comparação com as grandes nacionalizações de empresas mineradoras que ocorreram após 1952 sob o comando do MNR. Evo Morales, de fato, propôs uma mudança estrutural nas políticas econômicas adotadas, seguindo uma linha de princípios indigenistas baseadas no conceito de “Bem Viver”, o que permitiria que as comunidades, setores populares e sociedade civil construíssem alternativas ao capitalismo, com mais igualdade e equilíbrio social e ambiental no próprio capita-

lismo. A primeira eleição de Evo Morales criou um ambiente favorável para a aplicação de mudanças significativas na realidade econômica, política e social do país. A sua política tinha como objetivo superar os dogmas neoliberais, substituindo-os por uma compreensão ou dimensão coletiva que permite uma convivência pacífica e harmônica entre o povo e a natureza. O conceito de "Bem Viver" foi apresentado como um novo argumento para justificar a prioridade por uma economia plural, "um ideal altamente social para a economia ser parte de uma vida social justa, sem grandes diferenças entre os que têm e os que não têm" (Mamani, 2022, p. 143). O resultado político dessa concepção seria um estado pluralista que pudesse expressar uma diversidade de atividades econômicas, com suas lógicas específicas de negócio ou atuação no mercado.

Essas reflexões se manifestaram no modelo econômico desenvolvido pelo governo boliviano desde 2006 e que, inicialmente, fora denominado de "capitalismo andino-amazônico", o que seria o primeiro passo rumo a uma potencial socialização da economia. O então ministro da Economia e atual presidente boliviano (2024), Luís Arce, chamou a proposta econômica de "novo modelo produtivo, econômico-social comunitário", que ele definiu como um caminho estratégico para superar de forma prática o capitalismo (Dalenz, 2022, p. 49) Ao se referir explicitamente à superação do capitalismo e ao socialismo como horizonte, essas afirmações nos levam a uma questão: as propostas de Linera e Arce visam, como eles sugerem, preparar uma transição socialista da economia boliviana? Se, de fato, havia intenções pró-socialistas nas orientações econômicas do MAS desde 2006, é plenamente possível analisar essas experiências sob a ótica das propostas mais radicais que surgiram do sindicalismo mineiro em 1971, assim como daquelas realizadas pelo nacionalismo de inspiração desenvolvimentista e cepalina entre 1952 e 1964. A resposta e a discussão de um ponto de vista teórico e prático

para essas questões podem não somente estar relacionadas ao balanço das políticas econômicas implementadas pelos governos do MAS e da nova constituição de 2009, mas também às ideias defendidas por Linera, que atua como um elo entre essas propostas e as políticas de governo nos campos institucional e econômico.

O socialismo comunitário defendido por Garcia Linera seria uma nova forma de se construir uma economia cooperativista e socialista, recuperando as tradições culturais e econômicas históricas das comunidades indígenas dos Andes (Linera, 2010). Um século antes, o socialista peruano José Carlos Mariátegui já havia apresentado essa hipótese de articular o coletivismo indígena dos *ayllus* a um projeto socialista. No entanto, o pensador peruano atribuiu grande relevância às ligações que deveriam ser estabelecidas entre as práticas coletivistas andinas e a ação revolucionária dos movimentos do operariado (Mariátegui, 1975). Linera, contudo, apresenta uma proposta que segue o que ele chamou de "capitalismo andino amazônico". Se não houver uma perspectiva clara de ruptura com a economia dos mercados, seja teórica ou de fato, em um processo de transição para o socialismo, haverá, possivelmente, um hibridismo saudável e não conflituoso entre economias comunitárias e mercados⁵. Parece existir uma crença generalizada na autossuficiência da democracia comunitária, com bases indígenas, como se a forma política não tivesse relação direta com a sua inserção nos espaços econômicos. De acordo com Linera, a igualdade étnica e cultural permitiria o acesso democrático ao mercado: "Os sistemas de divisão de classes, de acesso a bens, de oferta de força de trabalho e de acesso a cargos de poder, em geral, deixam de considerar a língua ou a cultura como um fator que aumenta a eficácia e o volume dos outros capitais" (Linera, 2010, p. 214). Cabe questionar se seria possível, econômica e institucionalmente, avançar para uma democracia e um novo tipo de formação estatal pluralista, sem se contrapor

⁵ Para uma exposição mais sistemática dos debates relacionados ao tema da *transição econômica ao socialismo*, ver as reflexões de Cockshott e Cottrell (1993) e de Mandel (1987), que contestam desde posições próximas do stalinismo ou do trotskismo às formas compreensivas e reformistas de defesa do mercado associadas ao socialismo e defendidas por autores como Nove (1983).

às pressões sociais e interesses econômicos do mercado nacional e, sobretudo, mundial⁶.

Há duas maneiras de mantermos comunidades indígenas autônomas e independentes frente ao capitalismo: aquelas completamente isoladas do mercado ou aquelas articuladas a um movimento revolucionário e suficientemente amplo para contestar diretamente o capitalismo, como imaginava Mariátegui, garantindo uma longa existência no tempo e no espaço até sua integração futura em uma economia socialista. A proposta apresentada pelo MAS e por Linera é a de uma relação comunitária com o mercado capitalista, em uma suposta convivência com igualdade e interdependência. A lei do valor que rege as relações de mercado, contudo, continuará a exigir uma crescente adaptação das relações de produção da comunidade indígena para a integração e relação com os mercados. Isso significa que seus ritmos e métodos de trabalho serão cada vez mais subordinados às necessidades do mercado capitalista por meio das relações de compra e venda de mercadorias. O fenômeno do neocapitalismo operário, caracterizado pelo controle autogestionário de fábricas, apresenta similaridades. As comunidades indígenas e as empresas autogeridas precisam, nessa relação com o mercado, vender suas mercadorias a preços competitivos para assegurar a sobrevivência da organização e gerar recursos. Isso estimula interna e desagregadoramente a competição, a desigualdade e a pressão por maior produtividade na comunidade ou empresa, o que tende a tornar sua dinâmica completamente capitalista.

Os textos do ex-vice-presidente Linera, anteriores a 2006, corroboravam essa estratégia, que se manifestava mediante esforço para elaborar uma teoria original de modernização do Estado boliviano, partindo de uma crítica radical aos setores tradicionais do nacionalismo e às antigas organizações do movimento operário e socialista do país. Linera (2010) criticou os projetos e tentativas revolucionárias que, a partir da revolução de 1952, contribuíram para a destruição do colo-

nialismo: "a prédica nacionalista causou maiores danos à continuidade material e espiritual das entidades coletivas" (p. 154). Dessa forma, o estado nacional representou a produção em série desse espécime social anônimo, o cidadão civilizado. O mercado e o dinheiro teriam sido usados para tirar o indígena do seu suposto "primitivismo". Assim, haveria uma "desestruturação inacabada da identidade material 'indígena'", travestida em uma falácia do estado homogeneizador (Linera, 2010, p. 154). Contudo, ao contrário do que o ex-governante afirmava, a revolução de 1952 foi fruto direto de uma insurreição operária-popular inacabada, capturada e limitada pelo MNR, mas que alcançou importantes conquistas de afirmação da soberania nacional do país, e direitos sociais e democráticos que, até então, eram inéditos para a maioria indígena. Para ele, porém, houve uma ruptura com o passado, expressa na derrota dos mineiros nas batalhas contra a privatização da Comibol em 1986: "o fim do seu protagonismo na História, pelo menos por várias décadas" (Linera, 2010, p. 146).

De fato, pelo menos duas ideias sugeridas nos textos de Linera (capitalismo andino e socialismo comunitário) foram incorporadas às formulações da atual constituição de 2009, aprovada após um longo processo de mudanças sociais e econômicas sugeridas. A nova Constituição teve como objetivo aprimorar essas propostas, que visavam não à superação do mercado, e, sim, à tentativa de formulação original e específica próxima a um possível socialismo de mercado, ao indicar quatro tipos de formações econômicas articuladas: estatal, privada, comunal e mista. A proposta é de que essas quatro formas de economia tivessem uma relação horizontal entre si, de modo que nenhuma delas se sobrepusesse (Mamani, 2013).

No artigo 306 da nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia (2009), que trata da estrutura e da organização econômica do Estado, está mencionada a flexibilização da propriedade. Essa questão surge quando é enfatizado o respeito às diversas práticas econômicas e à

⁶ A grande crise política e o golpe de estado de 2019 desmentem essa hipótese ao exprimirem claramente as pressões dos mercados, representados pelos seus intermediários locais concentrados sobretudo no poderoso complexo agroexportador do oriente boliviano.

economia social e comunitária, para proteger as formas tradicionais indígenas de produção. Um suposto novo paradigma, que poderia substituir a doutrina neoliberal, seria um modelo plural e diversificado, como está previsto no artigo 306 da nova constituição. "O modelo econômico da Bolívia é plural, (...) articula diferentes formas de organização econômica baseada nos princípios da complementaridade, reciprocidade, solidariedade, redistribuição, igualdade, segurança legal, sustentabilidade, equilíbrio, justiça e transparência." (Fontana, 2012-2013, p. 197). A redação, aparentemente, quis dar forma política às teorias das multiculturalidades, mas serviu para interesses materiais bem concretos, e nada mitológicos e idealistas. É a expressão de um nacionalismo indigenista idealizador do passado, que visa reconstruir o presente materialmente, e não apenas como uma ideologia. Contudo, os capitais e o mercado são dominantes e subordinam o setor comunitário e os demais, tendendo a fortalecer as piores formas de colonização interna com a concentração de lucros nos setores mais modernos e produtivos. Poderíamos questionar se seria possível uma transição ou uma articulação entre uma economia de mercado e uma economia socialista, como apontado pelo economista socialista Nove (1987), que sustentou que o mercado seria a única forma de conduzir uma economia complexa. Trata-se de uma Constituição que visa o equilíbrio, e não rupturas com o capitalismo, a colaboração de classes e a criação ilusória de uma convivência articulada de modos de produção contraditórios, muito distantes da superação do mercado pela economia socialista, como é frequentemente sugerido nos debates do MAS.

As mudanças expressas na nova Constituição de 2009 procuraram, em grande medida, realizar a teoria da multiplicidade civilizatória, visando a convivência das chamadas quatro economias indicadas no seu texto. Essa perspectiva política e econômica, propagandeada como socializante, estava bem distante das formulações políticas

que o movimento operário boliviano formulara em relação à gestão democrática e socialista da economia. Linera tem razão em considerar a realidade múltipla e simultânea de tempos históricos e espaços econômicos e geográficos para se pensar o funcionamento da sociedade e da economia boliviana, mas essa perspectiva deve igualmente considerar a realidade do mercado mundial e suas pressões sobre a realidade nacional.

Na Bolívia, existe uma economia e uma sociedade nacionais com as características de um país dependente, o que é uma expressão local do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala mundial. A mesma subordinação do mercado nacional boliviano ao mundial se reflete internamente na subordinação, sempre desigual e combinada, do local e comunitário ao mercado nacional boliviano. As mudanças que ocorreram a partir de 2006 quebraram o ciclo de décadas de aplicação de políticas econômicas neoliberais que, desde meados da década de 1980, haviam reduzido os serviços públicos e aumentado a pobreza da maioria dos bolivianos⁷. Todavia, para conciliar as expectativas de rupturas com esse passado recente, previstas no Pacto de Unidade e na Agenda de Outubro de 2003 e que estavam na base das mobilizações populares que permitiram a eleição de Morales em 2006 com as disposições para a pactuação de classes e com o mercado foi necessária a difusão de uma ideologia, uma nova narrativa política.

O "Bem Viver" buscou cumprir esse papel desde o início: difundir a expectativa da transformação e da mudança, mas, também, da conciliação, conforme a definição mais recente presente no Plan Nacional de Desarrollo Economico e Social (2016-2020):

El Socialismo Comunitario es el campo de batalla dentro de cada territorio nacional entre una civilización dominante, el capitalismo aún vigente pero decadente, enfrentada contra la nueva civilización comunitaria emergente desde los intersticios, desde las grietas

⁷ Dados, números e gráficos detalhados sobre o desenvolvimento econômico e social boliviano até 2008 e, portanto, antes dos primeiros resultados do PND, podem ser consultados no informe *Country economic report 2004-2009 | Bolívia: análisis económico integrado*, publicado em 2008. Disponível em: <https://cdn.sida.se/publications/files/sida46531es-bolivia-analisis-economico-integrado.pdf>. Acesso em: jan. 2024.

y contradicciones del propio capitalismo. El Socialismo que nace en este milenio solo puede ser democrático, comunitario y del Vivir Bien, y es la única esperanza real para una regeneración de los pueblos y de la propia naturaleza (PND, 2016, p. 6).

Isso torna possível uma compreensão mais aprofundada do direcionamento estratégico e do processo de gestão da economia do país. Sem medidas econômicas que rompessem com o mercado, como sugeriam os próprios líderes do MAS, apesar de uma transição lenta e controle crescente do setor capitalista, o modelo econômico dos governos do MAS preferiu outros caminhos.

A nova economia boliviana: PND, reforma agrária e mineração

A chegada dos novos governos liderados pelo MAS representaram mais do que uma transição política refletida na nova Constituição; eles expressaram um fortalecimento e revalorização dos movimentos populares, sindicais e indigenistas. A nova administração, no entanto, se moveu de forma gradual a partir de uma agenda de ampliação de direitos sociais apoiada, inicialmente, pelos discursos do Bem Viver e genéricas referências socialistas, para um enfoque cada vez mais prático e orientado por reformas econômicas que fortalecessem o mercado. Ainda que a ideologia do Bem Viver não seja de forma alguma contraditória com políticas econômicas voltadas para o lucro, possui um viés crítico ao atual funcionamento do capitalismo. No entanto, como já foi mencionado nas críticas de Linera às posições mais clássicas de luta do movimento operário, não há referências aos debates econômicos sobre projetos socialistas que o movimento operário e camponês boliviano realizou no passado. A temática mais específica ou a adesão à formulação semelhante ao socialismo de mercado não estava clara.

O Plano Nacional de Desenvolvimento: Bolívia digna, soberana, produtiva e democrática para o

"Bem Viver" ou PND (2006) é o documento mais concreto para se examinar o alcance e influência das teses que os dirigentes do MAS indicaram e depois aplicaram. Um de seus objetivos principais era transformar o país em um centro energético do continente como forma de reduzir a pobreza. Nesse sentido, procurou fortalecer a presença do estado alterando o eixo econômico do livre mercado para um modelo misto (Mendonça e Santaella, 2010). O PND propunha um novo modelo de desenvolvimento econômico, tendo como estratégia inicial os setores industriais em que o estado tinha ou teve liderança e concentrando-se nas empresas públicas. Nesse eixo, incluíam-se a produção dos hidrocarbonetos, da mineração, da energia elétrica e da extração de recursos minerais diversos. O segundo eixo envolvia a agricultura, a manufatura, o artesanato e o turismo; entre o primeiro e o segundo eixo, existiria uma transversalidade que consistiria na infraestrutura e no apoio à produção. A perspectiva era de que os ganhos produzidos pelo primeiro eixo poderiam ser canalizados para o segundo eixo, possibilitando ajudar, por fim, a industrialização do país e para além do modelo de exportação faria parte do terceiro eixo. O plano possuía, ainda, como objetivos socioeconômicos, a aceleração do desenvolvimento e a redução do desemprego, da desigualdade e da pobreza. Essa orientação econômica era implicitamente inspirada em antigos modelos de desenvolvimento econômico implantados no país sob influência da CEPAL, que buscavam fortalecer o estado intervencionista materializado no PND de 2007 (Mendoza, 2019).

Essas perspectivas estratégicas que aproximavam o PND das teses desenvolvimentistas da CEPAL revelavam uma concepção de planificação indicativa que tratava da busca do diálogo, incentivos e indução às empresas capitalistas para investirem em parceria com o Estado⁸. Isso resultou em isenções fiscais e créditos dirigidos a setores considerados prioritários economicamente. Esse

⁸ Não há uma perspectiva econômica ou política que esteja em conflito com o capitalismo ou que projete e avance na construção, ainda que paralelamente, de um setor socialista em ruptura com o mercado ou, ainda, de um suposto socialismo de mercado ou algo semelhante a uma transição socialista nos moldes iniciados pelo governo de Salvador Allende no Chile entre 1970 e 1973.

modelo de planificação econômica buscava uma intervenção estratégica e estruturante do Estado, mas complementar à iniciativa privada, para a qual tem um caráter indicativo e não impositivo como se configuraria uma planificação que busca a supressão do mercado, ainda que de maneira progressiva. A planificação impositiva, de fato, tem o objetivo de abrir caminho para uma transição socialista, em que o setor capitalista seria pressionado, mais intensamente, por instrumentos políticos e econômicos, que baseavam a concepção elaborada em 1971 na Comuna de La Paz e de outras experiências revolucionárias socialistas do século XX. A democratização da economia por meio de formas da gestão das unidades produtivas pelos trabalhadores, tema também associado aos projetos e experiências de planificação, inclusive na Bolívia estava presente no PND, mas sem o lugar central atribuído anteriormente (1951-1971) pelo sindicalismo boliviano. O PND estabeleceu metas de gestão participativa da população e de suas organizações, mas os resultados foram limitados (Castro, 2014), o que pode comprometer seriamente a autonomia e independência das organizações em relação às estruturas do Estado.

De forma articulada, um dos eixos prioritários da ação do novo governo foi a política externa evidenciada no PND, a qual fazia parte da agenda política com evidências desenvolvimentistas e nacionalistas e previa a retomada da intervenção estatal na economia, a reversão parcial das privatizações e o controle sobre os recursos naturais estratégicos. A orientação da diplomacia boliviana, nesse período, enfatizava o fortalecimento do multilateralismo e da soberania nacional via

alianças com países como Rússia, Índia e Irã e previa uma estratégia de diversificação no plano extrarregional para garantir desenvolvimento nacional e maior grau de barganha. Diante dessas novas prioridades e objetivos, a Bolívia buscou aprimorar as suas relações externas com outros países, aproximando-se da China e Rússia e reconfigurando as suas relações com os Estados Unidos. As relações externas do primeiro período de governo de Evo Morales até 2009 foram marcadas principalmente por grande pragmatismo. Podemos problematizar se o viés político era fruto de um novo modelo econômico ou se as relações eram mantidas sob a subordinação ao mercado externo. É preciso salientar que o multilateralismo, por si só, sequer garante a soberania nacional e pode apenas reconfigurar os laços de subordinação econômica e política com outros países fora do bloco hegemônico liderado pelos EUA⁹. O principal desafio foi contornar as pressões externas dos Estados Unidos, com quem o país teve diversos conflitos. Morales utilizou bem o seu capital político internacional e o seu prestígio para conformar contatos diplomáticos mais amplos e diminuir a excessiva dependência relativa em relação aos Estados Unidos e Brasil (Delgado e Cunha, (2018). As margens de manobra de uma economia periférica são reduzidas para se desenvolver, com certo grau de soberania frente às pressões do mercado mundial, se não se estabelecerem laços políticos e econômicos alternativos e soberanos com outras economias¹⁰.

Outro importante aspecto presente no PND que se relacionou aos planos do MAS foi a reforma agrária por meio da Lei n.º 3545 de 28 de novembro de 2006¹¹, em que o governo buscou

⁹ Uma perspectiva de planificação econômica socialista de uma economia nacional foi contraditória no passado e continua sendo na atualidade por conta da caótica economia dos livre mercados do capitalismo mundial. Sem uma relação que se baseie na soberania, sofrerá crescentes pressões desagregadoras do mercado mundial. Apesar de as experiências históricas do século XX terem sugerido alternativas, como o *socialismo num só país* ou o *socialismo de mercado chinês*, ambas demandaram a criação de mecanismos de mediação e relacionamento com a economia mundial capitalista, mas se adaptaram a ela a partir de uma posição econômica e política cada vez mais distante do socialismo (China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã). Um período de transição econômica de um país ao socialismo é sempre mediado pela luta política e não pode ser pensado de maneira estática, mas dialética, refletindo um movimento desigual e combinado entre a economia local e mundial. Isso se expressa na busca por alianças às vezes conjunturais, mas principalmente de laços estratégicos anticapitalistas, revolucionários, de relações fortes de solidariedade e ação externa para prosperar e não se adaptar e estagnar suas projeções no espaço nacional. Há uma vasta e pouco estudada literatura a respeito (Bukharin et al., 1972; Preobrazenky, 1979; Mandel, 1986, dentre outros).

¹⁰ O exemplo mais próximo desse dilema seja provavelmente a economia de Cuba, ainda que se considere o criminoso bloqueio econômico dos EUA, condenado inúmeras vezes pela ONU. O regime cubano também se tornou por décadas prisioneiro de uma concepção de socialismo autárquico e dependente dentro do próprio bloco soviético (Arrizabalo, 2023; Sovilla, 2013).

¹¹ O texto oficial pode ser consultado em: <http://gacetaoficialdebolivia.gob.bo/edicions/view/93ESP>. Acesso em: fev. 2024.

redistribuir terras para grupos indígenas e a aquisição de propriedades privadas para a função econômica e social. A maior parte dos títulos das terras distribuídas foi para grupos indígenas em comunidades, ou seja, 2/3 das dos títulos de terra foram atribuídos entre 2010 e 2014 para esses grupos ou 72% do total de títulos durante esses anos. Mas, contraditoriamente, na maior parte das áreas como em Santa Cruz, os indígenas ganharam somente uma pequena porcentagem dessas terras mediante reforma agrária. Dos novos títulos, as empresas agrícolas receberam

46,7% do total da área, os quais representam 4,2% das propriedades. Por outro lado, as pequenas propriedades representam 16,9% das áreas e 82,9% do número de propriedades, expressando a enorme concentração de terras. Santa Cruz era responsável por 76,3% do total da produção agrícola. A reforma agrária alocou quase metade ou 46,7% dos novos títulos de terra a empresas agrícolas de capital nacional ou estrangeiro. É a mesma região em que o cultivo de soja representa 35,5% do total da produção agrícola boliviana.

Quadro 1 - Distribuição de títulos de terras durante o governo de Evo Morales Departamento de Santa Cruz (2010-2014)

Tipo de propriedade	Superfície da área titulada (hectares)	%	Número de títulos	%	Média da área de superfície por título (hectares)
Total	3.666.349	100,0	21.238	100,0	5.307,6
Pequena propriedade	618.350	16,9	17.593	82,9	67,4
Média propriedade	544.743	14,9	1.672	7,9	325,8
Empresas agrícolas	1.711.014	46,7	888	4,2	1.926,8
Propriedades comunitárias	323.924	8,8	376	1,8	861,5
Terras de comunidades originárias (TCOs)	138.899	3,8	87	0,4	1.596,5
Desconhecidas	329.419	9,0	622	2,9	529,6

Fonte: Webber 2017, citado por Dalenz, 2018 p. 59

De fato, sob os governos de Evo Morales, a presença das grandes propriedades da região de Santa Cruz cresceu e aumentou a concentração de terras: as comunitárias e as originárias receberam, respectivamente, apenas 12% e 6% dos títulos de terra em Santa Cruz (Dalenz, 2018). Analisando-se de maneira qualitativa os dados, é possível dizer que houve uma redistribuição de terras aos indígenas, mas essa favoreceu de maneira impressionante o poder dos grupos mais ricos. Se pudéssemos sugerir alguma comparação com projetos socialistas ou nacionalistas anteriores, nenhum deles favoreceu a concentração de terras de maneira tão intensiva nas mãos do setor agroexportador, secundarizando a pequena e média propriedade e as comuni-

dades indígenas.

A produção de soja em Santa Cruz representa mais de 60% da produção total e é a terceira maior fonte de recursos externos do país, atrás apenas da venda do gás e da mineração. Como o gás, a soja é uma *commodity* e a produção foi incentivada pelo estado boliviano por meio do subsídio ao diesel. Desde 2012, o MAS realizou acordos com os proprietários do leste, anulando virtualmente qualquer reforma mais profunda para distribuição de terras, assegurando os amplos limites da propriedade latifundiária de grande escala. Em Santa Cruz, consolidou-se uma elite brasileira agroindustrial que exerce um papel relevante no âmbito do governo regional e, até mesmo, em nível nacional. Os proprietários brasileiros junto

com a elite de Santa Cruz defenderam a remoção das restrições à exportação, como a obrigação da responsabilidade social de preços no mercado interno, que estariam frequentemente abaixo dos custos de produção (Fabricant e Gustafson, 2019).

Os impactos sociais da produção da indústria da soja, um setor econômico verticalmente integrado e com alcance global, são bem complexos. Trata-se de uma indústria altamente concentrada e conectada ao mercado global, mecanizada e com uso intensivo de tecnologias e agrotóxicos. Isso se manifesta na concentração de grandes propriedades e capitais, acompanhada de um processo de semiproletarização dos trabalhadores e aumento dos subempregos. O desemprego tornou-se um componente estrutural da economia extrativa (Fabricant e Gustafson, 2019). Uma visão desenvolvimentista referenciada no primeiro período da CEPAL necessitaria de políticas de apoio aos pequenos e médios agricultores e de fortalecimento da reforma agrária para favorecer a diminuição da concentração fundiária; contudo, o governo dificultou o alcance da reforma em prol do fortalecimento dos grandes setores agroexportadores como acima demonstrado. Se pensamos numa política econômica de objetivos socialistas, ainda que prevendo etapas transitórias e diálogos politicamente necessários, os governos do MAS poderiam ter oferecido e incentivado, como uma consistente alternativa, o cooperativismo de pequenos e médios proprietários rurais, preparando-os para uma futura socialização da terra, ao lado da constituição de fazendas estatais para a agroexportação em grande escala. Choques crescentes com os grandes proprietários ao lado de grande mobilização política dos setores camponeses pequenos, médios e sem terras seriam cenários inevitáveis a serem enfrentados¹². Nada disso ocorreu.

Enquanto a soja era um meio-termo na estratégia de desenvolvimento econômico aplicada pelo MAS, a indústria mineira tem sido, há muito mais tempo, um projeto de desenvolvimento de

alcance global e um debate histórico no país desde o esgotamento dos ciclos de extração da prata no século XIX e do estanho no século XX. Os recursos minerais dos Andes podem beneficiar essas atividades de maneira mais intensa, no momento, com novas perspectivas de extração do gás e do lítio. E foi nesse sentido que o MAS recriou a Comibol, surgida na revolução boliviana de 1952 e quase extinta na fase das ações neoliberais das décadas de 1980-1990. O setor minerador, depois das destruições neoliberais, não possui mais o lugar central na economia boliviana que possuía ao longo do século passado¹³. Essa nova configuração se refletiu no crescimento desordenado da área de mineração, na instalação de empresas privadas e ampliação de cooperativas de trabalhadores mineiros, na degradação social e de direitos trabalhistas, com conseqüente fragmentação política de grande parte do sindicalismo. Mas nem por isso deixa de ser importante assinalar e lembrar o afastamento e diluição das propostas antes elaboradas pelo sindicalismo mineiro e pela COB. Embora Linera e não só ele atribua a perda de protagonismo do operariado a um fenômeno sociológico ou de mudança de paradigmas do capitalismo, tratou-se, de fato, de uma ação política deliberada com o propósito de desarticular um núcleo forte e organizado de resistência à demissão de dezenas de milhares de mineiros, ao fechamento de minas e à destruição da estatal Comibol, em 1986. Pretendia-se, à época, destruir o núcleo politicamente mais articulado de resistência às políticas neoliberais. Como assinalado no início deste texto, foi exatamente no interior dessa tradição política e sindical em torno da COB que foram debatidos e elaborados projetos e perspectivas socialistas de desenvolvimento econômico integral do país – desde a extração do minério à sua industrialização articulados com a gestão econômica e democrática pela classe trabalhadora dentro de um contexto socialista. Esse marco de debates não foi retomado.

¹² Esse é um tema controverso nos debates econômicos socialistas, mas certamente não integra essa tradição a coletivização forçada e violenta das terras realizada pela ditadura stalinista na década de 1930 na URSS.

¹³ O decreto 21.060 de agosto de 1985 marcou uma ofensiva violenta de ajuste econômico neoliberal do governo de Paz Estenssoro, que visava destruir a empresa estatal de mineração Comibol e demitir dezenas de milhares de trabalhadores (Andrade, 2007).

Mas a nova e atual fronteira da extração de lítio repercutiu esses antigos desafios econômicos de desenvolvimento do país: como articular extrativismo e industrialização sem aprofundar a relação de dependência econômica externa, ainda que a novos parceiros alternativos ao bloco estadunidense? Havia a possibilidade de que a exploração do lítio, do qual a Bolívia tem grande parte das reservas mundiais, pudesse representar um salto de receitas de US\$100 milhões para US\$103 bilhões por ano (Fabricant e Gustafson, 2019). Uma das estratégias de capitalização dos recursos foi justamente encorajar o consumo baseado no crescimento e na criação de empregos. O governo planejava investir entre 2015 e 2019 cerca de US\$100 milhões no desenvolvimento de uma indústria de lítio a partir de parcerias internacionais, visando construir um parque com capacidade de escala para a produção entre 30 e 40.000 toneladas de lítio por ano (Fabricant e Gustafson, 2019). Um dos dilemas surgidos foi de como atrair investimentos externos para diversificar a produção sem se comprometer com uma agenda abertamente liberal ou aumentar a dívida externa¹⁴.

Os desdobramentos do PND nas áreas da política comercial externa, mineração e agricultura (que incluía a reforma agrária), tiveram reflexos positivos na saúde fiscal do país, que dependeu, intensamente, da exportação das *commodities* no período entre 2006 e 2017. O governo havia buscado se precaver favorecendo não só a retomada das fontes de minérios com a reativação da Comibol, mas também a expansão energética por meio do fortalecimento da empresa nacional de eletricidade e da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) para a exploração de petróleo e gás. Essa parceria foi viabilizada com o Banco Central, que investiu em torno de 27 bilhões de bolivianos ou cerca de 3,9 bilhões de dólares nas empresas estatais, em 2017, contra zero de investimento em 2010. Esses investimentos, porém, não ampliaram rapidamente os resultados. Entre 2014

e 2016, o nível de reservas internacionais caiu de 15,1 para 10,1 bilhões de dólares (Mendoza, 2019). Ao mesmo tempo, o ritmo das importações, por conta dos investimentos e ampliação da renda, teve um crescimento em um nível superior às exportações, pressionando as reservas internacionais. Esses dados por si sós, no entanto, não permitem avaliar a importância estrutural dos investimentos em empresas estatais e revelam o lento ritmo de maturação da nova orientação econômica e seus limites. Seguindo as diretrizes estratégicas do PND, as novas companhias públicas receberam grandes investimentos sem se tornarem autossuficientes, o que também não deveria ser considerado uma regra, uma vez que não pensamos somente no mercado, mas em uma economia que se articula a um conjunto de iniciativas planejadas pelo Estado.

Ainda sobre o tema das empresas estatais, é preciso lembrar que as privatizações e pilha-gens das empresas públicas, realizadas pelos governos neoliberais desde a década de 1980, foram apenas parcialmente revertidas pelo MAS desde 2006. Muitas empresas multinacionais continuaram operando, mas pagando ao Estado taxas renegociadas dos *royalties*, principalmente aquelas envolvidas com a exploração de jazidas minerais. O aumento das taxas e dos *royalties* com prazos um pouco mais dilatados permitiu, na realidade, que as multinacionais recuperassem os custos dos investimentos passados e preservassem seus lucros. Da mesma forma, não houve rupturas ou grandes nacionalizações de setores estratégicos, como no passado boliviano, o que poderia indicar uma radical mudança, não apenas nacionalista, mas também socialista, como sugeriam os líderes do MAS. Houve, de fato, uma reestruturação e ajuste de interesses.

Por outro lado, é inegável que ocorreu um aumento das taxas recolhidas pelo Estado, de 18% para 50%, após a imposição da renegociação, o que permitiu que, até 2014, os excedentes aumentassem constantemente, pagassem

¹⁴ Em janeiro de 2024, o governo da Bolívia, por meio da empresa estatal *Yacimientos de Litio Bolivianos*, assinou, com o consórcio chinês CBC, um acordo para a exploração de lítio com investimentos iniciais de 90 milhões de dólares. Antes, já no final de 2023, outro acordo no valor de 450 milhões de dólares havia sido assinado com a estatal russa *Uranium One Group*.

programas de transferência de renda como o Renda Dignidade e os bônus *Juancito Pinto* e *Juana Azurduy* (Dalenz, 2018). Programas sociais, como o primeiro, transferiram recursos para famílias que mantivessem os filhos nas escolas no valor de 29 dólares por ano. Em 2017, isso significou a transferência de 66,5 milhões de dólares, representando um relativo sucesso na redistribuição de recursos provindos da retomada das empresas públicas como a YPFB (Mendoza, 2019). Os resultados demonstraram que o PND permitiu que a pobreza fosse reduzida nesse período a 1/3 do total da população. A pobreza da população idosa foi reduzida pela metade, as condições de saúde das mulheres grávidas melhoraram e a taxa de mortalidade de mães e crianças foi reduzida. Os dados também revelam que a redução da pobreza e da desigualdade foi diferente entre setores: foi mais reduzida entre as pessoas empregadas nos serviços industriais e menos reduzida entre os trabalhadores da agricultura e da mineração (Dalenz, 2018).

A arrancada industrial

A arrancada industrial do país revelou que a planificação, que buscava melhor articulação entre o estado e o mercado, oferecia resultados distantes do que se previa nos discursos sobre uma transição socialista ou um novo modelo econômico social-comunitário conforme anunciado pelos dirigentes do MAS. Houve pouco avanço na aplicação da gestão participativa e democrática dos trabalhadores em unidades de produção nas cidades ou no campo, embora o tema figurasse já explicitamente nos textos do PND. Do ponto de vista econômico, uma concentração de iniciativas importantes ocorreu. O peso dos investimentos estatais e da planificação indicados pelas prioridades do PND desde 2007, ainda que partam de uma base econômica muito frágil e débil, revelaram-se mais fortes do que a média latino-americana no período. Os resultados do projeto de planificação industrial do governo,

que planejara os seus três eixos estratégicos, como vimos, envolviam 52 projetos de industrialização em 13 setores diferentes. Em 2014, havia 28.277 empresas, o que representava 219,3% de crescimento comparado com 2005 quando o número era de 8.856; apesar desses números, essas empresas tinham ainda baixa produtividade e geraram escasso volume de valor agregado. Mesmo com o forte declínio na década de 1980, os dados revelaram que o valor agregado pela indústria e agricultura em relação a outros países da região foi melhor, mesmo considerando o pequeno tamanho da sua economia (Dalenz, 2018)¹⁵. Os novos contratos de exploração do gás aumentaram não só a produção, mas os ganhos para o estado nacional, que chegaram a 5,5 bilhões de dólares em 2014 (Fabricant e Gustafson, 2019). O governo expandiu o acesso ao gás, nas áreas urbanas, a preços populares, legitimando o fato de que a maior parte do gás era enviada para a indústria brasileira. O fortalecimento da estatal de petróleo YPFB ajudou a expandir o papel do estado na exploração, visando ampliar a industrialização com a produção de plástico e fertilizantes. A distribuição dos recursos da exploração do gás se tornou bem diversificada em níveis nacional, regional e local, permitindo, ainda, aumentar a distribuição para entidades como universidades, programas de transferência de renda e universidades indígenas. Esses gastos se tornaram, no entanto, muito dependentes da situação transitória de exploração e preços internacionais do gás (Fabricant e Gustafson, 2019). Isso tem relação com o comércio global e a produção de soja e gás, que mantém o país sob a dependência das exportações, resultando em efeitos concretos nas relações de trabalho e nos resultados do planejamento econômico. Em contrapartida, relevava as limitações de qualquer projeto de reformas econômicas e sociais que ignorasse a pressão do mercado mundial. Essas instabilidades da planificação relacionadas ao mercado externo refletem e expõem as limitações

¹⁵ Utilizamos amplamente os dados dos artigos de Dalenz (2018) e de Fabricant e Gustafson (2019), que demonstram os resultados concretos e mensuráveis da intensidade com que o estado boliviano buscou, em poucos anos, estabelecer uma mudança estrutural na economia do país.

e mesmo inviabilidade dos chamados socialismos de mercado, como alternativa ao capitalismo, em particular em pequenas economias como a boliviana. Contudo, o modelo fracassado dos socialismos num só país seria o outro extremo ao buscar criar uma ou várias economias isoladas artificialmente do mercado mundial.

Os esforços do governo nesse período buscaram diversificar a produção industrial utilizando a extração do gás natural para desenvolver o consumo doméstico e a indústria de fertilizantes. Mas a queda dos preços do gás no mercado mundial, a partir de 2014, obrigou o estado boliviano a mudar os planos de investimentos que a alta dos preços antes permitia. Um dado importante revela que o crescimento da exportação e do preço do gás aumentou de volume entre 2005 e 2015, passando de 35,17% para 42,33%, diferentemente do petróleo cru, que diminuiu de 11,08% para 2,28%. A exportação de ouro também cresceu de 2,81% para 8,14%, embora seja um mineral ou *commodity* menos relevante na balança comercial do país. Os dados revelam, ainda, que o setor manufatureiro perdeu participação, de forma progressiva, entre 2009 e 2014, mas essa perda está relacionada com a forte desaceleração da econômica internacional (Dalenz, 2018). Isso revelou que a possibilidade de industrialização da Bolívia baseada somente em um modelo neoextrativista, projetada pelo PND, poderia se tornar insustentável a longo prazo. O governo tomou essa decisão para diminuir a sua dependência sobre a exportação de produtos primários. O plano visava concentrar os investimentos em infraestrutura: os esforços, dessa forma, envolveram investimento estatal nas telecomunicações com a nacionalização da Empresa de Telecomunicações da Bolívia (Entel), a criação de uma nova companhia aérea, a BOA (Boliviana de Aviação), a constituição de um banco de desenvolvimento, o *Banco de Desarrollo Productivo* e a tentativa de industrialização dos depósitos de ferro em Mutún (Dalenz, 2018).

Os projetos iniciados pelo governo para industrializar o país foram surpreendentes, se considerarmos a história econômica anterior, o que

contribuiu para a consolidação e sustentação do novo discurso nacionalista e de desenvolvimento (Fontana, 2012-2013). Os projetos foram divididos em três categorias: os iniciados, os operativos e os em processo de consolidação. Uma análise mais aprofundada revela que este modelo está em pleno desenvolvimento: a YPFB nacionalizada em 2006 aumentou a sua produção; surgiram resultados em diferentes áreas; os investimentos em milhões de dólares passaram de \$246 em 2005 para \$2.111 em 2014. A renda recolhida pelo estado, desde as empresas públicas, passou de \$974 para \$6.096 milhões no mesmo período. Da mesma forma, os lucros da empresa em milhões de dólares saltaram de \$644 no período 2001 a 2005 para \$7.908 no período de 2006-2014 (Dalenz, 2018). Como indicado anteriormente, esses resultados permitiram um amplo uso financeiro em programas de investimento social. Desde a eleição de Evo Morales em 2006, a economia do país triplicou de tamanho e a classe média cresceu mais de 10%, resultando em impactos políticos evidentes nos anos posteriores.

Planificação indicativa e neodesenvolvimentismo

Levando em consideração as transformações mais profundas e socialistas sugeridas inicialmente pelo MAS e seus principais dirigentes, os resultados econômicos e políticos do PND ficaram aquém das expectativas. De fato, mais do que uma questão institucional, a planificação econômica implantada pelo MAS não esteve articulada com um processo contínuo de democratização da gestão econômica e de ampliação da participação dos trabalhadores que pudesse comprometer a articulação dos "quatro setores econômicos" previstos na constituição de 2009. As políticas econômicas desenvolvidas pelos governos do MAS desde 2006 e os seus resultados, ainda que, em muitos aspectos, significativos nos seus alcances positivos e resultados econômicos e sociais para a maioria da classe trabalhadora, não poderiam ser categorizados como oriundos ou vinculados às tradições socialistas do operariado boliviano. Todavia, revelaram proximidades com

as políticas de carácter nacionalista promovidas pelas propostas da CEPAL em sua fase inicial.

Uma recente conceituação – oneodesenvolvimentismo – vem sendo utilizada por alguns autores como Luiz Bresser Pereira, Aldo Ferrer, Robert Boyer e Cristóbal Kay, para caracterizar governos que se aproximavam das antigas teses desenvolvimentistas defendidas pela CEPAL (Katz, 2016) e que pudessem dialogar com os PNDs e seus resultados na Bolívia nos últimos anos. Na origem dessa conceituação, encontram-se os modelos e iniciativas econômicas de vieses nacionalistas mais recentes aplicados por diferentes governos da América Latina a partir do final da década de 1990 em contraposição às políticas neoliberais. Esse impreciso conceito de neodesenvolvimentismo seria, portanto, uma adaptação atual das antigas propostas de aceleração e desenvolvimento financeiro das economias latino-americanas da CEPAL, que exemplificam projetos de planificação indicativa adaptadas à América Latina. Entre essas novas características, temos: a intensidade e revalorização da intervenção estatal na economia; a retomada de políticas de estado com vistas à industrialização e ampliação do emprego urbano; a busca pela redução da defasagem tecnológica com aumento da inovação e investimentos em pesquisas e a busca por uma política de expansão exportadora próxima do modelo do sudeste asiático (Coreia do Sul, principalmente) (Katz, 2016). Todas essas características puderam ser percebidas, ainda que parcialmente, na política econômica aplicada pelos governos do MAS.

Na verdade, o objetivo final do PND, de 2006 em diante, como instrumento central de planificação, foi garantir a estabilidade macroeconômica e a possibilidade de industrialização. Nessa via, o estado poderia obter um balanço fiscal equilibrado como almejam os neoliberais e ampliar os gastos e investimentos públicos. De acordo com o economista argentino Claudio Katz, as propostas neodesenvolvimentistas tendem a ser

mais uma tentativa de conciliação e aproximação com as teses liberais do que uma ruptura, embora dentro dos limites da economia de mercados, como demonstraram as políticas nacionalistas de planificação e desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960 orientadas pela CEPAL¹⁶. Ao contrário, as atuais políticas neodesenvolvimentistas seriam marcadas pela conciliação com as oligarquias dos grandes proprietários de terras agroexportadores, com a manutenção dos planos de ajuste estrutural das economias sob comando e supervisão do FMI e com os estímulos à exportação e industrialização com a desvalorização dos salários e dos direitos sociais (Katz, 2016). A experiência boliviana a partir dos governos do MAS e de Evo Morales parece estar próxima dessa concepção neodesenvolvimentista.

As políticas econômicas implantadas pelo MAS caminharam no sentido do fortalecimento da capacidade de intervenção estatal na economia e da preservação dos interesses e das articulações com o mercado nacional e internacional. Nesse período, as iniciativas do PND foram além de políticas assistencialistas e de gestão prudente da economia, mas não se pode afirmar que as proposições mais estruturais e profundas de construção do seu projeto de economia objetivavam romper com os marcos da economia de mercado. Mesmo a hipótese de um improvável modelo de "socialismo de mercado" que significaria avançar em um empreendimento político e econômico de confrontos, ainda que supostamente negociado, para construir um setor de fato socialista e alternativo com propriedade social estatal ao lado da economia de mercado baseada na propriedade privada dos meios de produção.

Os programas e iniciativas de planificação econômica aplicados pelo MAS em seus primeiros anos permitiram, inegavelmente, uma rápida ampliação dos direitos sociais e o fortalecimento do papel do estado na economia, sem qualquer ameaça estrutural ao capitalismo. Com efeito, nesse período, os diversos programas de redis-

¹⁶ Para um balanço histórico sistemático da trajetória e propostas da CEPAL ver Ricardo Bielschowsky em *A trajetória histórica da Cepal: 1948-1998* (Brandão, 2018). Aqui, não há como examinar, com a devida profundidade, aspectos da Escola da Dependência e suas vertentes marxista e weberiana.

tribuição de renda, de ampliação de gastos públicos, de melhoria salarial, de combate à pobreza, de construção de hospitais e escolas, de construção e melhoria de estradas se expressaram em uma taxa de crescimento econômico regional acima da média na América Latina. A retomada ou ampliação do controle das jazidas de gás e petróleo permitiram, ainda, ampliar os recursos do estado nacional para esses novos investimentos sociais. Essas alterações, no entanto, não mostraram ligação clara com os debates e tradições da história boliviana que trataram do tema da planificação socialista ou das grandes nacionalizações realizadas entre as décadas de 1950 e 1970 em prol da defesa da gestão operária das empresas. Os programas do MAS aparentavam ser socialistas e anticapitalistas, o que, na verdade, não eram. A planificação econômica como transição ao socialismo e a gestão democrática e operária, tal como defenderam os mineiros em 1971, ficou esquecida e aparentemente perdida no passado, talvez em alguma galeria das antigas minas de estanho abandonadas. Naqueles períodos, explicitamente, buscava-se uma alternativa de desenvolvimento não capitalista e um modelo de gestão democrática e participativa da economia pelos trabalhadores.

Considerações finais

Morales liderou um processo de fortalecimento do estado e o resultado foi um novo aparato institucional com capacidade para ser mais autônomo em relação ao tradicional poder econômico e político de setores da burguesia boliviana, mesmo sem buscar romper com ela. Obteve, da mesma forma, relativo sucesso nos esforços para construir, com resultados reais, a narrativa de uma nova inclusão social, novas articulações entre localismos e a identidade nacional, as quais fortaleceram um novo discurso nacionalista. Apesar dos esforços para conciliar os interesses do mercado e da burguesia boliviana, isso se mostrou - como é o caso das limitações à reforma

agrária e da retomada limitada das empresas privatizadas - incompatível com os interesses mais profundos do capital internacional, o que contribuiu para o quadro de crescente instabilidade que precipitou a crise de 2019. As consequências da crise mundial de 2008 não devem ser desconsideradas ao desestabilizarem a economia de um país muito exposto ao mercado externo como a Bolívia. Além disso, ao limitar as mudanças mais amplas, o MAS causou um impacto importante em uma parcela significativa da sua base social, que se mobilizava por mudanças mais radicais e profundas. A ambiguidade e a contradição de interesses foram características marcantes dos governos do MAS, que se manifestaram por meio de um tipo de bonapartismo representado por Evo Morales, buscando se posicionar como um mediador das contradições de classes e das próprias instituições políticas do país, ou apresentando um discurso anticapitalista no plano externo¹⁷. De fato, todas as iniciativas econômicas que defendam a soberania nacional de nações periféricas sofrem pressão econômica dos mercados e ameaças de desestabilização política. Isso inclui a pressão contrária aos laços e as relações de solidariedade entre nações e povos oprimidos que o governo da Bolívia buscou impulsionar. Tal conjuntura se refletiu nos conflitos estruturais entre os interesses nacionais por desenvolvimento e industrialização que se chocaram com os interesses econômicos do mercado mundial e seus sócios locais.

Ainda que não seja o objetivo aqui especular sobre caminhos e decisões alternativas que o MAS poderia ou deveria ter assumido, a construção de um projeto ou estratégia econômica socialista exigiria medidas revolucionárias de ruptura com o capitalismo, expropriação de grandes bancos e empresas e das grandes propriedades rurais, ao lado de uma crescente gestão democrática da economia pela própria classe trabalhadora. Era dessa via que tratavam os sindicatos e organizações populares e estudantis quando de-

¹⁷ Se de um lado, o preço da conciliação de classes fragilizou a capacidade das esquerdas agruparem parte da revolta social e política, por outro lado, abriu espaços para a extrema direita atrair setores sociais com posições radicais contra o estado e o governo do MAS, fato esse que pode nos ajudar a entender o pano de fundo que facilitou o golpe de 2019.

batiam o socialismo na comuna de 1971. Embora hoje existam autores que defendam alternativas de planificação socialista e de poder popular, ou formas híbridas de socialismo de mercado que resgatem antigas perspectivas reformistas ou mesmo anarquistas, todos exigem, de alguma forma, enfrentamentos políticos e econômicos aos interesses dos grandes proprietários dos meios de produção no interior do país e no plano externo. Em nenhum caso, o MAS se dispôs a isso.

A planificação econômica de caráter indicativo iniciada pelos governos do MAS revelou limitações e dificuldades mas, ainda assim, incompatíveis com qualquer possibilidade de se articular com a economia de livre mercado altamente financeirizada e desregulamentada e com seus grupos conectados internamente. Não há meio termo. Todas as concessões ao mercado feitas pelos planejadores do MAS foram insuficientes. Os planos de desenvolvimento e planificação, apesar de serem indicativos e, ainda que sob a batuta ideológica "socialista" ou do "Bem Viver", significariam que o mercado deveria aceitar dividir parte da gestão econômica ou dos lucros não apenas com o Estado, mas também com as comunidades e com um setor econômico misto, como o PND de 2007 e a nova constituição de 2009 já indicavam. Contudo, o modelo nunca se propôs construir uma proposta de planificação socialista progressiva e alternativa à economia de mercado ou mesmo um suposto "socialismo de mercado" como os líderes do MAS pareciam sinalizar em 2006, mas um pacto ou modelo alternativo e nacionalista de desenvolvimento econômico nos marcos capitalistas. A concepção de uma economia impulsionada por um modelo de planificação indicativa em que o Estado induz e orienta setores privados, buscando combinar setores comunitários e alternativos ao mercado, revelou-se limitada para garantir sequer a perspectiva de uma sociedade solidária e democrática e uma nação com soberania nacional. Não houve a consolidação de um modelo ou estratégia original de desenvolvimento econômico que incorporasse componentes comunitários, muito menos socialistas, como pareciam indicar os

discursos e documentos de dirigentes do MAS.

Documentos

Constitución de la Republica del Estado Plurinacional de Bolivia, 2009.

Decreto Supremo n.º 29272, 12 de setembro de 2007. *Plan nacional de desarrollo Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos estratégicos 2006-2011*.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (2006). *Lei n.º 11.326*: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. D.O.U de 25/07/2006, p. 1.

Ministerio de Planificación del Desarrollo. *Plan Nacional de Desarrollo Economico e Social* (2016-2020).

Referências

Andrade, E. O. (2007). *A revolução boliviana*. São Paulo: Unesp.

Andrade, E. O. (2011). *Bolívia: democracia e revolução. A Comuna de La Paz de 1971*. São Paulo: Alameda.

Arrizabaló, M. X. (2023). *Capitalismo e economia mundial*. São Paulo: Nova Palavra/Hucitec.

Bielchowsky, R. (2018). A trajetória histórica do pensamento da CEPAL: 1948-1998. In: Brandão, C. A. (ed.). *Teorias políticas do desenvolvimento latino-americano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Brandão, C. A. (2018). *Teorias políticas do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Bukharin, N.; Preobrazensky, N. & Trotsky, L. (1972). *Le débat soviétique sur la loi de la valeur*. Paris: Maspéro.

Castro, P. V. (2014). *Estado Plurinacional de Bolivia: acerca de las transformaciones del Estado y la gestión del desarrollo*. [Documentos de proyectos e investigación].

Repositório Digital da CEPAL, Santiago, Chile.

Cockshott, P. & Cottrell, A. (1993). *Towards a new socialism*. Nottingham: Spokesman books.

Cockshott, P. & Cottrell, A. (2017). Argumentos para un nuevo socialismo. In: Cockshott, P & Nieto, M. *Ciber-comunismo, planificación económica, computadoras y democracia*. (78-133). Madrid: Trotta.

Dalenz, C. (2018). Evolución: the economic situation of Evo Morales: Bolivia under scrutiny. *Bolivian Studies Journal*, v. 23-24, 45-82.

Delgado, A. C. & Cunha F. C. (2018). Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. *Tensões Mundiais, [S. l.]*, v. 6, n.º 10, 2018, p. 287-310.

Ellman, M. (2014). *Socialist Planning*. Cambridge University Press.

Escobar, F. (1984). *Testimonio de un militante obrero*. La Paz: Hisbol.

Fabricant, N. & Gustafson, B. (2019). The political economy of Gas, Soy and Lithium in Morales's Bolivia. *Bolivian Studies Journal*, v. 25, 45-59.

Fontana, L. B. (2012-2013). The 'proceso de cambio' and the seventh-year crisis. *Bolivian Studies Journal*, v. 19, 190-212.

Franck, L. R. (1953). Planisme français et démocratie. *Revue Française économique*, vol. 4, n.º 2, 195-219.

FSTMB (1992). Evolución de la lucha de los trabajadores mineros. *Cuadernos de capacitación*, v. 1.

Katz, C. (2016). *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão popular.

Kornai, J. (1992). *The Socialist System*. Princeton University Press.

Linera, Á. G. (2010). *A potência plebeia. Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. São Paulo: Clacso/Boitempo.

Lora, G. (1978). *Contribución a la Historia Política de Bolívia*. La Paz: Isla.

Mamani R. P. (2012-2013). Estado plurinacional: entre el nuevo proyecto y la factualidad neocolonial. *Bolivian Studies Journal*, v. 19, 132-158.

Mandel, E. (1986). In defense of socialism planning. *New left review*, v.159, 5-37.

Mariátegui, J. C. (1975). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega.

Martins, C. E. (2013). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.

Massé, P. (1967). *O plano, aventura calculada*. Lisboa: Morais Editora.

Mendonça C. C. & Santaella G. R. (2010). The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia: Accomplishments and Limitations. *Latin American Perspectives*, v. 37, n.º 4, 177-196.

Nove, A. (1987). *La Economía del Socialismo factible*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.

Nove, A. (1983). *The Economics of Feasible Socialism*. Abingdon: Routledge.

Pedrosa, M. (1966). *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Phillips, L. & Rozworski, M. (2019). *The People's Republic of Walmart: How the World's Biggest Corporations Are Laying the Foundation for Socialism*. London/New York: Verso.

Preobrazensky, N. (1979). *A nova econômica*. São Paulo: Zahar.

Sovilla, B. & Fernández, F. G. (2013). La economía cubana: entre voluntarismo e intentos de planificación (1959-2012). *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 58, n.º 219, 157-187.

Everaldo de Oliveira Andrade

Professor de História Contemporânea no Departamento de História da FFLCH/USP, diretor do Centro de Apoio à Pesquisa Histórica Sérgio Buarque de Holanda (CAPH) da FFLCH/USP, membro do Conselho da ANPUH/SP e membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo. Atua como professor nos programas de pós-graduação em História Econômica e História Social da USP. Atualmente, é professor visitante na universidade Complutense de Madri. Publicou diversos livros e artigos na área de história da América Latina, história econômica e contemporânea.

Endereço para correspondência:

EVERALDO DE OLIVEIRA ANDRADE

Universidade de São Paulo

Departamento de História da FFLCH

Av. Prof. Lineu Prestes, 338

Campus Butantã, 05508-000

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística Internacional e submetidos para validação do autor antes da publicação.